

CAPÍTULO 5

OPÇÕES TEÓRICAS E MODELO DE ANÁLISE

GÉNERO, CLASSE SOCIAL E PERCURSO DE VIDA

No contexto desta pesquisa, propomo-nos identificar diferentes perfis de coabitação recorrendo a três eixos explicativos principais – o género, a classe social e os percursos biográficos. A investigação, numa perspectiva dinâmica, dos efeitos das identidades e assimetrias sociais e de género nas práticas e representações dos protagonistas da coabitação requer que se passe por uma abordagem, ainda que sucinta, das problemáticas teóricas referidas.

Pensar a localização dos coabitantes nos espaços estruturais das relações de classe e de género implica pressupor que as experiências individuais da conjugalidade informal não se realizam no vazio social mas transportam em si desiguais recursos materiais e simbólicos constitutivos dessas mesmas experiências.

Biografias individuais e percursos conjugais

A valorização do tempo interno da família e a perspectiva que a biografia individual de cada um dos seus membros influencia o seu destino colectivo encontra suporte nas abordagens desenvolvimentistas que apostaram nos conceitos de *life course* e *family life cycle*¹. Este tipo de abordagem foi alvo de numerosas críticas. É-lhe apontado frequentemente o seu carácter mais descritivo que analítico, a ênfase dada aos papéis parentais, sobretudo na perspectiva do *ciclo de vida familiar*, e o centramento no modelo

¹ Para uma visão de conjunto destas perspectivas, desenvolvidas em diferentes campos disciplinares, nomeadamente, a sociologia, a psicologia, a demografia e a história, e das diversas temáticas a elas associadas (casamento, fecundidade, formação e dissolução das uniões, nomeadamente dos coabitantes, transições familiares, escolarização dos filhos, saída de casa dos pais, infância, adolescência, velhice, entrada na e saída da vida profissional dos adultos/pais...) ver Sussman *et al.*, (eds), 1987: pp. 21-22; 40-42; 58-59 e 426-428.

de família da classe média americana (Segalen, 1999). Apesar de ser, por vezes, demasiado normativa e de limitar, por isso mesmo, a análise da diversidade de percursos de formação do casal e da família (existência, ou não, de coabitação, prévia ao casamento ou prolongada no tempo), esta perspectiva tem o mérito de chamar a atenção para as diferentes «fases» ou etapas da vida familiar², abrindo igualmente caminho para o estudo do impacto que certos acontecimentos (uma doença, por exemplo) ou momentos de transição-chave (entrada na parentalidade) têm nas relações dos membros da família ou na reformulação de papéis e identidades de género. Por outro lado, como afirma Wall, “a teoria do *life course* avançou alguns conceitos mais flexíveis e mais centrados nos percursos de cada indivíduo (...)”, fazendo sobressair “uma visão da família como uma espécie de matriz composta por um conjunto de percursos de vida individuais – construídos na base de diferentes trajetórias escolares, profissionais, conjugais – que, na sua articulação, e ao longo do tempo, vão matizar, de forma diferenciada e original, o percurso e a dinâmica de cada família” (2005: 39).

No seguimento daquelas propostas, que de acordo com Martine Segalen (1999) marcaram sobretudo a sociologia norte-americana, têm sido várias as tentativas para obter uma visão dinâmica e longitudinal da coabitação, fazendo uso de conceitos como transições familiares, itinerários e biografias conjugais (Brown, 2000; Berrington, 2001; Bumpass e Raley, 1995; Haskey, 1999; Leridon, 1990; Manting, 1994; Villeneuve-Gokalp, 1990).

Partiu-se da ideia de que as diferenciações passíveis de ser encontradas, até mesmo no interior de grupos sociais idênticos, no que diz respeito a práticas e representações, respeitantes, designadamente, às divisões de género no casal, podem ser explicáveis recorrendo à análise dos percursos biográficos dos protagonistas da coabitação, aí incluindo a família de origem, o trajecto profissional, a história de vida afectiva e conjugal, bem como eventuais diferenças religiosas e etárias que poderão traduzir mudanças sociais e de valores, de uma geração para a outra.

O tempo singular ou os momentos de transição mais significativos da história pessoal dos indivíduos entrelaçam-se necessariamente quer com o tempo social, quer com a história do casal ou a biografia conjugal. A este nível, a duração da união e a transição

² O curso da vida familiar perspectivado nas suas diferentes fases pode traduzir-se nas seguintes etapas típicas: entrada na conjugalidade, vida em casal sem filhos, vida em casal com filhos pequenos, vida em casal com filhos na e após a escolaridade obrigatória, etc (Wall, 2005).

(ou não) para uma família com filhos após a entrada em casal, que exprimem diferentes fases do ciclo conjugal e familiar, assim como os percursos de formalização (ou não) da conjugalidade são distinções que se prevêm relevantes quando se pretende captar o significado da coabitação. Os trajectos de coabitação inicial seguida de casamento ou a permanência numa união de facto não são indiferentes aos contextos de classe onde ocorrem, embora se possa prever, por exemplo, que o significado da coabitação pré-nupcial varie e simultaneamente transcenda as fronteiras de grupos sociais específicos, uma vez que o fenómeno ao expandir-se tende a tocar quase todas as categorias sociais, isto é, meios sociais diversificados.

O modo como se forma e progride o laço conjugal, as etapas da vida conjugal e familiar e o significado que os coabitantes lhe atribuem, deverá variar, pois, em função das biografias individuais, elas próprias influenciadas pela classe social e pelo género.

Classe social e interacções familiares

A expectativa de encontrar maneiras distintas de pensar e fabricar a conjugalidade coabitante consoante a pertença social dos agentes – ou seja, os recursos de capital económico, escolar, cultural e social por eles disponibilizados nas relações familiares – constitui uma questão que orienta teoricamente a presente investigação.

Sem pretender descrever aqui o debate teórico sobre as classes sociais, temática que acompanhou o desenvolvimento da sociologia desde o seu início, esse conceito foi fundamentalmente operacionalizado de modo a compreender as práticas, as representações e as lógicas da coabitação conjugal na sua articulação com as condições estruturais em que são produzidas, elas próprias susceptíveis de serem reproduzidas, e também transformadas, pela acção daqueles que a vivenciam. O conceito de classe social constitui assim um poderoso instrumento que permite ultrapassar o nível individual de análise, ligar trajectos pessoais a destinos colectivos, bem como significados individuais a formas de pensamento social ou ideologias comuns.

Considerar a classe social como variável independente não é incompatível com uma perspectiva que assume o seu carácter mediador entre as estruturas sociais e as práticas dos actores sociais (Almeida F., 1986). Conforme sublinha Firmino da Costa, “a análise das classes sociais é, precisamente, uma das maneiras que a sociologia tem de investigar as relações entre estrutura e acção. (...) O que os agentes sociais pensam, dizem e fazem depende em grande medida – embora não exclusivamente, nem sempre do mesmo modo

ou com a mesma intensidade – de um conjunto de propriedades sociais que os caracterizam. E que os situam, uns em relação aos outros, em posições sociais distintas, com desiguais recursos e poderes, oportunidades e disposições” (Costa, 1992: 82-83).

O conceito de *habitus*, enquanto sistema de disposições gerador de práticas, desenvolvido pelo sociólogo Pierre Bourdieu (1979), traz para o centro da análise os protagonistas das acções sociais. Este posicionamento analítico é partilhado por Firmino da Costa quando afirma que “as estruturas sociais influenciam as práticas sociais. Mas fazem-no, em larga medida, por intermédio da formação de sistemas de disposições mentais e corporais, [que trazem a marca do lugar de classe ocupado e da trajectória percorrida] que se vão inscrevendo nos indivíduos no decurso do relacionamento social” (Costa, 1992: 85).

As propostas de Bourdieu sobre a teoria das classes sociais e conceitos como o de *habitus e trajectória social* permitem, por um lado, pensar as mediações que se estabelecem entre condições sociais de existência, práticas e representações dos agentes, de modo a evitar estabelecer correlações mecânicas entre umas e outras dimensões e, por outro, perspectivar as interacções que têm lugar no interior do casal e da família partindo do pressuposto da sua relativa autonomia.

A esse nível não podemos deixar de reconhecer o importante contributo dado pela matriz teórica interaccionista que abriu caminho para a análise da dinâmica interna da família. A centralidade do indivíduo, do seu protagonismo e das suas interacções não invalida que não se pense a sua articulação com os contextos sociais mais alargados onde essas acções têm lugar e que em parte as condicionam. No entanto, não se pode explicar o conjunto das representações ou das práticas de uma família apenas pela posição dos seus membros na estrutura social. À abordagem interaccionista interessa “afinar a análise, estudar os processos de interacção através dos quais os actores dão uma significação aos seus actos, procedem a escolhas ou constroem a realidade social” (Montandon e Perrenoud, 2001: 10).

Constituem exemplos clássicos desta linha de investigação o trabalho de Berger e Kellner (1975 [1962]), bem como o de Burgess, Locke e Thomas (1960 [1945]), em *The family: from institution to companionship*. A tipologia apresentada neste último traça o progresso da família moderna através do triunfo do companheirismo, sentimento e afecto sob o autoritarismo, «conveniência» e «interesse», por contraponto às visões mais pessimistas que defendiam, já desde essa altura, a ideia de crise da família.

O modelo institucional de casamento baseia-se em lógicas patrimoniais e económicas (saliência das dimensões instrumentais da união), numa norma autoritária de funcionamento entre os cônjuges, e entre pais e filhos, ditada em grande parte do exterior, e numa rigidez de papéis associados ao género. No lado oposto, o modelo de companheirismo liga-se ao casamento por afinidade, elege como finalidade principal a realização afectiva e emocional do indivíduo no casal e através do casal e dos filhos (saliência das dimensões expressivas), e ao mesmo tempo que promove normas mais igualitárias e democráticas, diminui também o controle social sobre os comportamentos privados (Burgess *et al.*, 1960).

Posteriormente vários autores europeus inspirados no interaccionismo simbólico da escola de Chicago desenvolveram e complexificaram essa tipologia, centrando o olhar no “lado de dentro” da vida conjugal e familiar, sem deixarem, contudo, de articular as interacções familiares com os contextos sociais³. Foram aqui particularmente úteis as propostas tipológicas de Kellerhals (1987) e Roussel (1991), bem como os trabalhos mais recentes sobre a coabitação (Aboim, 2002), o casamento (Torres, 2002) e as famílias em Portugal (Wall [org.] 2005) que inspirados nessas grelhas e tornando-as, por vezes, mais complexas, de modo a abarcar a diversidade e a especificidade da vida familiar na sociedade portuguesa, forneceram instrumentos de análise fundamentais⁴. Para além das configurações tipológicas normalmente empregues para estudar as pessoas casadas, constituíram fonte de inspiração para este trabalho as abordagens que procuraram tipificar e descrever diferentes perfis de coabitação (Roussel, 1986; Bawin-Legros, 1988; Villeneuve-Gokalp, 1990; Smart e Stevens, 2000a), relacionando-os também, nalguns casos, com classes sociais e/ou características sócio-culturais associadas a franjas populacionais específicas.

Fazendo também nossa a perspectiva que orientou já diversos trabalhos realizados no nosso país (Almeida, 1993; Dias, 2004; Torres, 2002; Wall [org.] 2005), procurou-se, enfim, articular, de modo a descobrir o significado da coabitação, o «olhar de dentro» da

³ As pesquisas realizadas por Jean Kellerhals e equipa são particularmente ilustrativas desta perspectiva de análise (Kellerhals, 1987; Kellerhals *et al.*, 1982 e 2000).

⁴ Os estudos referidos permitem ilustrar algumas das conexões que se estabelecem entre classes sociais e esfera da vida privada, por via da articulação com os diferentes modelos, tipos e formas de conjugalidade, os quais constituíram referências fundamentais, designadamente, na fase de análise, em profundidade, das entrevistas. Nesses trabalhos, as distinções quanto a práticas e representações são perspectivadas, importa frisar, não só em função da pertença social de classe mas também em função do género dos protagonistas das relações conjugais e familiares.

família com o «olhar de fora». Isto é, privilegiámos a análise das interacções conjugais na sua relação com as orientações normativas, os valores e as representações dos coabitantes, associando essas dimensões com a sua ancoragem no espaço «de fora», em termos de pertença social e sexual.

Outro tipo de contribuição teórica importante corresponde, então, como se depreende do que atrás foi dito, às abordagens que se têm desenvolvido sobre a problemática do género e da construção da identidade sexual.

A dominância simbólica do masculino e o modelo da assimetria nas representações do género

A distinção entre a noção de sexo e a noção de género surgiu na psicologia social americana a partir dos anos 70, de acordo, aliás, com as perspectivas críticas feministas (Dias, 2004)⁵. Esta distinção corresponde também a uma deslocação do objecto de estudo das diferenças de sexo para os sistemas de crenças associados ao género (Amâncio, 1994: 28-29). Enquanto que o conceito de sexo se refere às diferenças biológicas elementares, largamente universais, entre os homens e as mulheres, o conceito de género refere-se a uma diferença culturalmente construída entre masculinidade e feminilidade (Bilton, *et al.*, 1981).

Os resultados de diversas investigações indicam que os traços de independência, dominância e instrumentalidade são associados ao masculino e que os traços de dependência, submissão e expressividade são associados ao feminino (Amâncio, 1994). Os estudos que abordam as representações e as identidades de género mostram que, independentemente dos contextos, o masculino está mais associado à cultura e à internalização da moral social, ao trabalho e à instrumentalidade, enquanto que a representação do feminino reúne traços mais consistentemente orientados para os outros, seja em termos relacionais ou expressivos (Amâncio, 1992).

As justificações atribuídas pelos actores sociais para o seu próprio comportamento e para o comportamento dos outros, masculinos e femininos, são, conforme sublinha Lúcia Amâncio, orientadas por essas imagens de pessoas que prescrevem diferentes modos de ser

⁵ Ver em especial o capítulo 4 “A construção da teoria científica” onde a autora discute a noção de género e os trabalhos realizados nesta área, nomeadamente, no contexto das propostas e dos contributos feministas (Cf. Isabel Dias, 2004: 199-207).

e de se comportar⁶. As diferentes percepções, expectativas e orientações normativas do comportamento associados às categorias sexuais, não são apenas diferentes mas assumem fundamentalmente um significado assimétrico (Amâncio, 1992 e 1994).

As representações assimétricas do género deverão ser analisadas no âmbito do sistema social mais amplo na medida em que justificam e legitimam as diferentes posições objectivas e as relações de dominação intersexos (Amâncio, 1992). É dentro dessa perspectiva que Lígia Amâncio (1992) contesta as interpretações centradas na internalização dos papéis sexuais e dos valores e normas de comportamento a eles associados, as quais procuram explicar unicamente por intermédio da socialização a persistência das divisões de género.

Torna-se pois necessário, para efeitos deste estudo, a adopção de um modelo analítico capaz de integrar diferentes perspectivas e níveis de análise: o individual e o colectivo, o simbólico e o comportamental e, ainda, a dimensão de reprodução e de mudança social.

Amâncio (1992, 1993 e 1994) propõe o modelo psicossociológico da dominação simbólica no estudo dos processos de diferenciação entre os géneros. A sua pesquisa sobre os estereótipos, orientada segundo a hipótese da identidade dominante e dominada, mostrou que “o pensamento social sobre as categorias sexuais não define pessoas simplesmente diferentes mas sim uma pessoa específica (feminina)” (Amâncio, 1992: 9).

A limitação dos significados especificamente femininos, reduzidos quase exclusivamente às relações afectivas e à reprodução biológica, em contraste com os significados mais amplos e universais do masculino, cuja imagem se confunde com a concepção dominante de pessoa, faz, por exemplo, com que os outros definam prioritariamente as mulheres a partir da sua categoria sexual, à semelhança do que se passa com o processo de atribuição de identidade a outras categorias dominadas. Para os indivíduos do sexo feminino funciona um tipo de conhecimento *a priori* do género «diz-me a que categoria pertences, dir-te-ei quem és», o que já não acontece com os homens, dado a maior extensão dos significados masculinos (Amâncio, 1993:130).

⁶ As representações sociais e de género, em particular, dão sentido e reconstróem a realidade social, ao mesmo tempo que servem como guia do comportamento. Enquanto conceito referem-se pois às estruturas de crenças e conhecimentos individuais que guiam e facilitam o processamento da informação social aí incluindo a «categorização e estereotipia», a «atribuição causal» e as «teorias implícitas» (Amâncio, 1993). Nesta perspectiva, os estereótipos são vistos também como elementos das representações sociais.

Esta imagem do «ser» mulher influencia a formulação de juízos negativos, bastante visíveis na esfera da sexualidade e dos comportamentos familiares, que não tem equivalente no caso dos homens, sempre que há a percepção da não correspondência entre o comportamento das mulheres e a representação que se faz da sua categoria de pertença.

Representações de género e identidade social

A observação de eventuais diferenças de atitudes, comportamentos ou expectativas de comportamento, valores e representações entre homens e mulheres, relativamente à coabitação e às relações familiares, orientada segundo o modelo da assimetria nas representações de género (Amâncio, 1994), revela-se um caminho pertinente de investigação. Nesse sentido, o trabalho adopta o posicionamento analítico que visa a articulação entre vários níveis do social, ao mesmo tempo que beneficia dos dados substantivos facultados a partir das pesquisas na área da família e da conjugalidade que elegem o género e os contextos de classe como lugares de observação fundamentais (Almeida, 1993; Dias, 2004; Guerreiro, 1996; Kaufmann, 2000; Kellerhals *et al.*, 1982; Torres, 2002; Wall, 1998 e Wall [org.], 2005).

O conceito de representação social desenvolvido no âmbito da perspectiva psicossociológica, de que é exemplo o trabalho de Lígia Amâncio, é uma noção muito próxima do conceito de identidade. Os autores reconhecem normalmente que se trata de um conceito “complexo” e de difícil operacionalização.

Para além da proliferação de conceitos e distinções em torno da questão da identidade (identidade étnica, identidade territorial, dupla identidade, identidade negativa ou positiva, identidade produzida e outorgada ...), acresce a dificuldade de articular diferentes níveis de análise. Não se correrá o risco, ao atribuir várias conotações ao conceito, de esvaziar a noção mínima?

Para o presente trabalho interessa-nos a noção de identidade social e a noção de identidade de género que ao nível da individualidade dos actores sociais não se apresentam necessariamente como duas categorias opostas e mutuamente exclusivas. É precisamente essa intersecção entre género e classe social que nos parece interessante estudar.

Para Jorge Vala (1986), a identidade é o sentimento que decorre do reconhecimento de pertença a uma categoria social, embora admita que sejam fluidas as fronteiras entre as categorias ou grupos sociais. É nesse sentido que alguns autores preferem falar em processos de identificação, ou ainda em estratégias identitárias, em vez de identidade, a

qual pode estar, desde logo, associada a uma perspectiva essencialista e estática, perdendo assim de vista o carácter relacional e simbólico da construção de identidades (Vala, 1993).

A crescente pulverização das estruturas de pertença e de identidade que fazem, por um lado, aumentar a dificuldade individual de situar e definir a subjectividade pessoal, e por outro, expandem o «campo dos possíveis», é assinalada por vários autores (Fortuna, 1991; Giddens, 1992 e 1993).

Para José M. Pinto é difícil encontrar em sociedades muito complexas e diferenciadas grupos que consigam sustentar uma concepção de identidade de sentido único e perfeitamente distinto. Na opinião deste sociólogo, trajectos sociais facturados (declinantes ou descendentes), incluindo os trajectos virtuais socialmente formuláveis pelos agentes, podem conduzir a identidades facturadas (Pinto, 1991). É justamente neste sentido que gostaríamos de sublinhar a importância dos conceitos de “trajectória social” e “grupo de referência” na análise dos processos identitários dos diferentes grupos sociais (Machado, 1991).

A abordagem do âmbito da psicologia social que liga identidades a grupos ou categorias sociais, decorre normalmente de uma perspectiva analítica que considera os grupos sociais como o resultado de um processo de categorização e as suas posições na estrutura social como posições ideológico-simbólicas (Vala, 1993). Poder-se-à argumentar que essa perspectiva se coloca tendencialmente de um dos lados da dicotomia objectivo/subjectivo, em que a “realidade objectiva” é reduzida às representações e são estas que a determinam.

Madureira Pinto faz questão de realçar que o uso pela sociologia do conceito de identidade não pode deixar de sublinhar o carácter relacional do conceito, e, conseqüentemente, a sociologia terá que enfrentar o desafio da articulação entre as dimensões “objectivas” e “simbólicas” e o da interdisciplinaridade na análise dos processos sociais a que a identidade faz apelo (Pinto, 1991).

Na abordagem psicossociológica, a que temos vindo a fazer referência, os processos identitários incluem não apenas a identificação pelos outros (atribuição externa de identidade), mas também os processos através dos quais os indivíduos constroem uma imagem de si, distinta e singular, a partir das diferentes concepções de si próprios associadas a diferentes grupos de pertença, e a forma como gerem essa noção consoante os contextos sociais através do recurso a estratégias identitárias (Amâncio, 1993).

Nesta perspectiva, “foi, precisamente, a procura da articulação entre a origem colectiva da identidade e a sua manifestação individual (...) que deu lugar, recentemente, a um modelo que trata a identidade enquanto representação social” (Amâncio, 1993: 135). A articulação entre género, representações e identidades, conduziu a uma série de pesquisas cujos resultados mostraram, relativamente a vários aspectos, a existência de uma assimetria nas identidades de género (Amâncio, *op.cit.*).

Tal como a construção social da diferença entre o que é ser homem e o que é ser mulher é regulada por uma assimetria nos significados das representações do masculino e feminino, também a construção da identidade masculina e feminina no plano individual é regulada por essa assimetria. A investigação nesta área mostrou, por exemplo, que as mulheres se vêem a si próprias mais como mulheres e os homens mais como indivíduos (Amâncio, 1994).

Para além dessa maior dependência das mulheres em relação aos significados do género, os dados revelam que a manifestação da identidade feminina se encontra mais dependente dos contextos, enquanto que a afirmação da identidade masculina não é tão influenciada por outros contextos de pertença. Estes resultados teórico-empíricos são coincidentes com as conclusões a que chegou a equipa de Kellerhals, a partir de uma investigação realizada na Suíça, ao constatar que a distinção entre diferentes tipos de representações conjugais se deve fundamentalmente aos «capitais» das mulheres (Kellerhals *et al.*, 1982). No plano simbólico, as concepções e os valores dos homens variam menos em função do estatuto sócio-profissional e do nível de escolaridade; em contraste, as representações das inquiridas são explicadas pelas alternativas profissionais, económicas e culturais de que as mulheres podem dispor consoante a sua posição social.

A hipótese da dominância simbólica do género masculino encontrou também fundamento na pesquisa sobre a relação do casal e a infidelidade conjugal (Santos, 1995). Os resultados deste estudo sugerem que no processo de construção das representações sobre a conjugalidade a identidade social, em termos de classe, dos homens confunde-se com a sua identidade de género (importância dada às dimensões instrumentais e normativas) mas o mesmo já não acontece em relação ao sexo feminino. Apenas quando as mulheres dispõem de elevados capitais escolares e profissionais – é o caso das mulheres da pequena burguesia intelectual e científica que salientam as dimensões relacionais e afectivas – elas conseguem fazer valer as suas concepções (femininas) na configuração das representações sobre a conjugalidade típicas do seu grupo social de pertença.

Em síntese, “uma vez que as mulheres estão sujeitas aos estreitos limites da feminilidade, para além dos quais se encontra o domínio da masculinidade, as suas estratégias identitárias revelam uma cuidadosa «gestão» do comportamento e da imagem que transmitem de si próprias, configurando uma identidade que é mais um modelo de estar, do que o modelo de ser da identidade masculina” (Amâncio, 1993: 136).

Relativamente ao tema desta investigação, podemos supor que os coabitantes entrevistados, masculinos e femininos, pensam e agem face às relações conjugais e familiares de acordo com a sua própria identidade sexual e social, ou seja, em consonância com as orientações associadas aos diferentes modos de ser e de se comportar socialmente construídos.

O trabalho de Berger e Kellner (1975 [1962]), anteriormente referido, sobre o casamento e a construção da realidade social, permite pensar o papel da conjugalidade, e das interações que nesse contexto se desenvolvem (dotadas de uma autonomia relativa), como um domínio privilegiado de construção da identidade pessoal e social. Nesta óptica, o significado que os actores sociais atribuem à sua biografia individual e familiar não é apenas uma parcela da realidade mas contribui também para a sua produção. Na concepção de Berger e Kellner é, sobretudo, através das relações sociais no quotidiano com “outros significativos” que a realidade adquire “sentido”. Entre os “outros significativos,” os autores destacam o casal e a família como particularmente importantes para os processos identitários.

As propostas destes autores, desenvolvidas no interior da perspectiva interaccionista, constituem um quadro de referência inegável relativamente a várias pesquisas na área da família realizadas dentro e fora do contexto português (Kaufmann, 2000; Kellerhals *et al.*, 1982 e 2000; Roussel, 1980 e 1991; Singly, 1996; Torres 2002; Wall [org.], 2005). São-lhe, contudo, apontados alguns limites que os autores citados procuraram, cada um à sua maneira – focalizando mais a questão do género ou dos contextos sociais – ultrapassar. No que diz respeito aos autores de origem francesa e suíça, que influenciaram igualmente as pesquisas portuguesas referidas, pense embora o pluralismo de perspectivas teóricas que as caracteriza, podemos afirmar que Kellerhals *et al.* tendem a sublinhar a importância dos contextos sociais nos seus trabalhos de investigação que abordam, nomeadamente, as representações e as práticas relativas aos papéis conjugais de género; Roussel, por sua vez, enfatiza a dimensão simbólica e preocupa-se com os contextos históricos dos modelos familiares descritos, mais

assimétricos ou mais igualitários, enquanto que Kaufmann coloca o enfoque nas relações de género produzidas no quotidiano do casal⁷. Todos eles, incluindo Singly, acentuam a perspectiva da família como produto das relações entre os seus protagonistas e, à semelhança de Berger e Kellner, olham para a família e para o casal como lugares importantes de construção da identidade pessoal e social.

Não obstante, a crítica ao trabalho dos autores norte-americanos incide, por um lado, na fraca atenção dada às diferenças de género, relativas ao significado, não necessariamente consensual, atribuído à conjugalidade, e, por outro, é-lhe também apontado a ausência de “coordenadas espaço/tempo” (Torres, 2001: 92).

Salvaguardando o carácter historicamente situado das relações familiares e a importância dos contextos sociais na produção de sentido e de identidades, é possível vislumbrar na maneira, diferenciada, como os grupos ou os sujeitos interpretam os valores e as normas sociais o fundamento para a diversidade de modelos familiares e orientações normativas da conjugalidade encontrada, nomeadamente, no espaço da formação social portuguesa (Wall [org.], 2005).

A construção de projectos, intenções, normas, identidades e “modos de fazer” no interior da relação conjugal coabitante, susceptíveis de lhe conferir múltiplos significados, pode, afinal, ser perspectivada com base neste conjunto de propostas teóricas.

⁷ Ainda segundo a perspectiva de Kaufmann, a construção do sistema doméstico do quotidiano, quadro onde se inscreve a identidade individual e do grupo familiar, não é alheia aos contextos sociais de classe, muito embora os homens e as mulheres conservem sempre uma margem de manobra e de decisão que lhes permite mudar a sua vida dentro de um leque possível de escolhas (Kaufmann, 2000).

MODELO DE ANÁLISE E HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO

De acordo com o objectivo principal deste trabalho e as problemáticas teóricas que orientam a presente investigação, foram definidos dois eixos fundamentais de análise. O primeiro diz respeito à diversidade interna da conjugalidade coabitante perspectivada em termos de práticas e representações.

A ideia de diversidade é um tema recorrente nas abordagens sociológicas da família que se manifesta directamente na tentativa de traçar diferentes tipos e modelos de família e de casamento e, mais recentemente, de coabitação, os quais surgem sob a forma de “outputs” em diversos trabalhos de investigação. A ideia de diversidade para além de ser um ponto de chegada, surge também como um ponto de partida, ou pressuposto, que orienta as pesquisas nesta área por contraponto à ideia de crise da família e do casamento ou mesmo de crise do casal.

O segundo eixo problemático pretende relacionar a questão do género e a questão da pertença a diferentes contextos de classe com as transformações ao nível dos valores, representações e práticas que têm lugar nas sociedades contemporâneas, e no contexto português em especial, a propósito da família e da relação do casal.

Que concepções, atitudes e comportamentos manifestam as mulheres e os homens de diferentes meios sociais relativamente à coabitação e ao casamento? Viver juntos por que não? Viver juntos como uma opção ideológica e alternativa ao casamento ou como uma fase transitória? Coabitar primeiro e casar depois de conseguir uma certa estabilidade profissional e melhoria de vida? Casar para ter filhos? É a coabitação, dependendo das variáveis sexo e classe social, considerada por uns mas não por outros como uma relação menos segura? Que representações têm os coabitantes femininos e masculinos acerca da relação do casal e do compromisso entre o par? Que opiniões têm e que interações experimentam as mulheres e os homens a propósito da divisão sexual do trabalho dentro e fora de casa? Qual a importância dos «capitais» escolares e profissionais das mulheres na configuração de diferentes perfis ou modos de interacção e organização do casal?

Numa época de crescente autonomia feminina, derivada em grande parte da inserção maciça das mulheres no mercado de trabalho, de que modo é que essa autonomia, ainda que relativa e dependente dos contextos sociais, é vivida na esfera privada e das relações conjugais? Responder a esta questão no caso da coabitação parece particularmente pertinente já que as uniões informais são muitas vezes associadas a formas modernas e

mais igualitárias de funcionamento do casal (Bozon, 1991a; Roussel, 1989; Singly, 1986a). O facto de se dispor, através das entrevistas efectuadas, de informação relativa a casais em que a mulher desempenha quase sempre uma actividade profissional fora de casa, irá permitir avaliar a influência dessa actividade, no caso da conjugalidade coabitante, numa possível reformulação dos papéis e representações de género. Essa maior autonomia ou independência das mulheres do ponto de vista económico traduzir-se-à numa partilha mais igualitária das tarefas domésticas? E qual será a sua correspondência na construção de espaços de autonomia pessoal no feminino no que concerne a tempos livres e sociabilidades?

Conforme sublinha Kellerhals *et al.* (1989), o impacte da inserção profissional das mulheres na vida conjugal e familiar não é de modo algum linear. Entre a actividade profissional da mulher e outra variável do contexto conjugal que se pretenda estudar, quer se trate da repartição das tarefas domésticas ou do poder familiar, entrepõe-se sempre uma série de outras variáveis, tais como a classe social, as atitudes dos grupos de referência, as representações sobre a relação do casal e o lugar da criança, a dimensão da família, a etapa do ciclo familiar e o próprio significado atribuído ao trabalho profissional (1989: 56 e 58). O impacte do trabalho profissional feminino tem sido amplamente estudado na sociologia da família sob várias vertentes: para além dos seus efeitos na divisão do trabalho doméstico, nos papeis sexuais (Michel, 1983) e no «poder de decisão», vários autores procuram avaliar até que ponto a inserção das mulheres no mercado de trabalho contribui para a democratização das relações familiares ou tem efeitos positivos/negativos na socialização dos filhos⁸. Na sociologia da família portuguesa, investigações recentes procuram também equacionar a importância do trabalho pago feminino no plano da identidade pessoal e social das mulheres (Torres, 2004a) ou relacionam este conjunto de questões com os tipos de interacções conjugais e os contextos de classe onde ocorrem (Wall e Aboim, 2002).

Partindo dos conceitos de coesão interna (autonomia/fusão), regulação externa e privada, o instrumental e o expressivo, divisões de género⁹, procurar-se-à analisar as interacções do casal e simultaneamente as representações ideais sobre a maneira de viver em casal de modo a compreender como se constrói a conjugalidade coabitante na sua

⁸ Para uma síntese destes trabalhos e autores consultar Kellerhals *et al.*, 1989, Kaufmann, 1993, Burr *et al.*(eds.), 1979, Teachman *et al.*, 1987, Gelles, 1995.

⁹ Acerca destes conceitos, e do seu significado, que inspiraram a construção de diversas tipologias, ver capítulo 3.

diversidade. Tratam-se de categorias analíticas polares que servem para construir ideais-tipo com os quais confrontamos a realidade e procuramos descobrir os diversos perfis de coabitação que se situam entre um e outro extremo de tipos contrastantes ou opostos.

Inspirados nestes conceitos e nas propostas teóricas que lhe estão subjacentes, utilizados já em vários trabalhos de investigação realizados no nosso país (Aboim e Wall, 2002; Torres, 2002; Wall [org.], 2005), surgiram-nos algumas questões que remetem para as várias dimensões da conjugalidade e para a sua articulação com o género e o estatuto sócio-profissional dos coabitantes.

No eixo autonomia/fusão:

A coesão do casal fundada em práticas e normas mais ou menos fusionais ou mais ou menos autónomas orienta-se por valores “modernistas” ou surge associada a valores do casamento instituição? Dito de outro modo, a procura de proximidade ou de distanciamento face ao nós-casal e ao nós-família faz-se acompanhar de papéis sexuais pouco diferenciados ou dá lugar, pelo contrário, a fortes assimetrias de género?

No eixo instrumental/expressivo:

Que representações têm os homens e as mulheres coabitantes sobre o lugar dos filhos?¹⁰ O encontro e a interacção do casal acontecem preferencialmente em torno dos aspectos expressivos, do sentimento e da intimidade, dos lazeres e sociabilidades ou em torno das rotinas instrumentais do quotidiano, incluindo a partilha das tarefas domésticas e dos cuidados às crianças? Os valores da conjugalidade “companheirista” que colocam o acento na relação, na igualdade em casa e na profissão, na importância da comunicação a dois, caracterizam os coabitantes em geral ou desenvolvem-se preferencialmente entre aqueles que têm capitais escolares e sócio-profissionais elevados? São as orientações normativas e as representações sobre a relação do casal coincidentes com as práticas?

Neste trabalho colocámos como **hipótese principal**, de acordo com a ideia de diversidade, a assumpção de que o significado e as práticas de coabitação variam consoante os meios sociais e a categoria sexual de pertença dos coabitantes.

¹⁰ O lugar da criança na família foi estudado por vários autores, desde o trabalho pioneiro de Philippe Ariès (1973 [1960]) até investigações mais recentes (Cunha, 2005 in Wall [org.], 2005; Kellerhals *et al.* 1982 e Kellerhals, 1987), que referem, por um lado, a função instrumental e expressiva/afectiva dos filhos – a primeira conotada com os valores e o modelo da família tradicional e a segunda com os valores e as formas modernas de organização e representação da vida familiar – e por outro, o tipo de laço familiar privilegiado (mais centrado no casal, nas crianças ou na família alargada) que remete para uma orientação mais conjugalista ou mais familiarista.

Várias abordagens teóricas e resultados de investigações empíricas mostram a importância de diferentes identidades sociais e de género na estruturação de formas específicas de comportamento e de representação, relativas à conjugalidade e à família (Amâncio, 1994; Bawin-Legros, 1988; Kellerhals *et al.*, 1982; Santos, 1995; Torres, 1996 e 2002; Wall [org.], 2005).

Ao elegermos como variáveis explicativas principais, a classe social e o género, isso não invalida que o modelo de análise, esquematicamente apresentado na figura 1, não possa ser complexificado de modo a incluir outros eixos explicativos, tais como a trajetória conjugal dos coabitantes e o seu percurso de vida, ou ainda a fase de integração conjugal em que o casal coabitante se encontra (casal recém-instalado ou com alguns anos de vida em comum; casal com filhos ou sem filhos).

Ter filhos introduz modificações importantes na vida das pessoas, principalmente das mulheres, e tal como sugere McRae (1993a), um casal pode passar de um tipo de funcionamento mais igualitário para outro em que a mulher fica mais sobrecarregada que o seu parceiro com o acréscimo de tarefas domésticas e os cuidados com o filho.

O alargamento do leque de variáveis independentes justifica-se dada a grande diversidade de concepções e experiências associadas à coabitação.

Conforme sublinham Lynda Clarke e Judith Wright (1997), a experiência que as pessoas têm da coabitação, o que isso significa para elas e as razões que as levam a escolher este tipo de união dependem da idade, das circunstâncias e da história matrimonial dos indivíduos. Para aqueles que vivem uma primeira conjugalidade, a coabitação pode ser encarada como um casamento à experiência ou então como uma alternativa ao casamento a longo prazo. Para aqueles que já foram casados, a coabitação pode significar apenas uma fase transitória até obterem o divórcio. A coabitação pode ser escolhida por diversas razões, entre elas, a percepção que as pessoas, em particular as mulheres, têm das suas vantagens. “A liberdade oferecida pela coabitação pode ser vista também como uma forma de evitar os custos económicos e emocionais, quer do casamento, quer do divórcio” (op. cit.: 12).

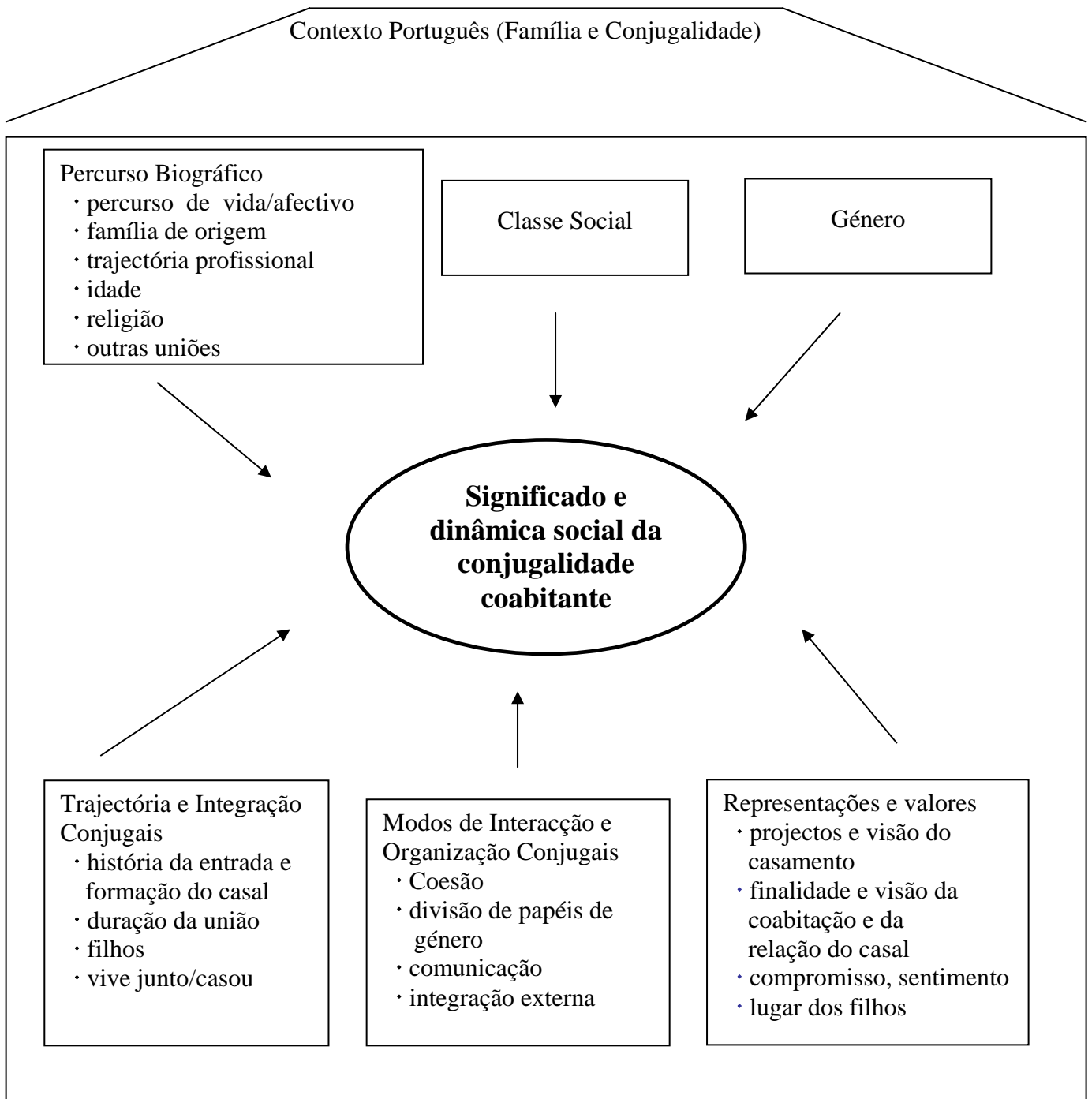


Figura 1 – Esquema de relações conceptuais

Para Kaufmann, ir viver junto ou casar é frequentemente uma questão secundária na vida das pessoas; a análise sociológica deverá interessar-se sobretudo pela história da formação do casal, desde a entrada em casal até à construção progressiva da vida a dois, que passa também, como os seus estudos tão bem demonstram, pela sedimentação de pequenos gestos e rotinas quotidianas e por um processo de acumulação e de colectivização dos objectos (Kaufmann, 1993 e 2000). Nas suas pesquisas sobre a vida conjugal, o autor observa ser frequente os casais jovens possuírem poucos móveis e objectos como prova de liberdade e “ligeireza” da relação – para eles o futuro permanece em aberto e o mais importante é a autenticidade dos sentimentos. A instalação do casal não é necessariamente sinónimo de casamento mas quando ele acontece significa, para aqueles que o praticam, mais uma etapa no processo de integração conjugal.

Como surge a ideia de casamento (que no início pode ter sido rejeitada e até considerada hipócrita), se antes ou depois do nascimento do primeiro filho, e se a iniciativa pertence ao homem ou à mulher, é uma questão interessante a explorar e que, à partida, nos propomos analisar no âmbito desta pesquisa.

O modelo de análise desenhado pretende também encontrar resposta para a questão: o que vai influenciar as experiências individuais de coabitação? Serão os valores dos indivíduos e as suas representações sobre a união de facto, o casamento, a família e as relações de género no casal? Ou serão antes as circunstâncias ligadas à sua vida privada e ao seu percurso biográfico? Qual a influência da classe social e do género na maneira como se encara e vive a coabitação? E, sobretudo, de que modo as biografias individuais se articulam com os contextos de pertença e de identidade, em termos de género e de classe social?

Pretende-se, através de uma abordagem compreensiva, encontrar os diferentes significados sociais associados a vários perfis de coabitação, segundo a pertença sexual, a posição social e a trajectória de vida dos seus protagonistas, as relações de género produzidas no casal a propósito do trabalho doméstico e profissional e o tipo de coesão (orientação para a autonomia ou para a fusão) subjacente ao funcionamento do casal em diversas dimensões da conjugalidade. Em síntese, **o modelo de análise inclui o percurso de vida, a classe social e o género dos coabitantes, bem como três variáveis da dinâmica conjugal** (a dimensão simbólica dos valores e representações, a trajectória e a integração conjugais e a organização do casal), que confluem no sentido de captar o significado associado aos diferentes modos de construir a conjugalidade coabitante.

Apresentaremos a seguir «uma listagem» com as questões de partida, ou esboço de hipóteses, para além da premissa principal já mencionada, procurando desde logo, e à medida que elas vão surgindo, justificá-las teoricamente com base nos trabalhos já referenciados em capítulos anteriores. Optámos por formular, em primeiro lugar, hipóteses relativas aos significados e às motivações da coabitação, pensadas em termos dos coabitantes em geral, para, numa segunda fase, formar grupos de hipóteses com base nas coordenadas respeitantes ao género, à classe social e ao percurso conjugal e individual. Procurou-se, deste modo, captar eventuais características comuns dos coabitantes para centrar a seguir o olhar sobre aquilo que os distingue.

GRUPO 1 (características comuns)

- **Para a generalidade dos coabitantes, o relacionamento sexual surge como uma das primeiras experiências fundadoras do casal e o começo da coabitação, em casa dela, dele ou de ambos, não é tanto o resultado de uma decisão ou escolha racional mas tende a ser encarado como a consequência natural de uma relação de “namoro” de grande proximidade.**
- **Os coabitantes tendem a encarar o casamento como um ritual desnecessário face ao compromisso de amor privado ou como uma formalidade, de carácter facultativo, que pode ser preenchida a qualquer momento.**
- **Para os coabitantes, o laço formal que une duas pessoas é uma questão secundária e as razões que os levam a encarar a hipótese de casar são, para além dos filhos, razões exteriores à relação do casal e não razões de ordem sentimental.**
- **Os coabitantes encaram a união “sem papéis” como uma maneira menos rígida e mais vantajosa de entrar em casal e viver a conjugalidade que lhes permite conservar, pelo menos simbolicamente, a sua liberdade para sair da relação caso esta se revele insatisfatória ou mal sucedida.**

Estas hipóteses fundamentam-se na ideia de que o casamento deixou de ser visto como condição obrigatória para a entrada na conjugalidade e também na parentalidade. A entrada na vida a dois por via da coabitação informal encontra-se intimamente ligada às mudanças verificadas no modo de formação dos casais e na maneira como hoje se tende a encarar e a viver a sexualidade e o casamento.

No modelo actual de constituição do casal, o relacionamento sexual surge como um dos momentos, senão o mais importante, de inauguração do casal e a coabitação como uma forma progressiva de integração conjugal que pode terminar ou não em casamento. Dito de

outra maneira, a coabitação moderna insere-se no contexto de desinstitucionalização e privatização do casal (Roussel, 1989), onde os aspectos afectivos e relacionais têm a primazia, e no modelo actual de integração conjugal progressiva – «le couple à petit pas» utilizando a expressão de Kaufmman (1993) –, em contraste com o modelo anterior onde o casamento ocupava um lugar central na formação do casal e da família, enquanto acto fundador e ritual de passagem para a vida adulta, sexual e conjugal (Bozon, 1991a; 1991b; 1993).

Se para a generalidade dos coabitantes o casamento institucional perdeu importância como acto fundador do casal, para muitos a ideia de matrimónio continua ainda em estreita ligação com os projectos de procriação e com a transição do casal para família com filhos. É, de facto, esta a imagem que prevalece quando se analisam as tendências globais do fenómeno coabitação na sociedade portuguesa (Ferreira e Aboim, 2002; Aboim, 2002; Wall [org.], 2005). Mas serão os coabitantes com menos recursos que desejam casar ou, pelo contrário, serão os mais qualificados que vêem a coabitação como uma etapa transitória? Correspondem, neste aspecto, os desejos e as intenções às práticas?

- Os indivíduos que casam ou manifestam o desejo de casar após um período de vida em comum tendem, por um lado, a encarar a coabitação como uma relação menos segura, nomeadamente para os filhos, e envolvendo um compromisso menor, e são, por outro lado, mais permeáveis às pressões exteriores do meio social.

Clarke e Wright (1997) estabelecem uma relação, a propósito dos resultados de um inquérito realizado na Grã-Bretanha, entre, por um lado, uma visão da coabitação como uma união que oferece menos segurança e um compromisso menor e, por outro, a percepção das consequências negativas que daí possam decorrer para os filhos.

- Os coabitantes em geral, e as mulheres que pertencem às classes médias escolarizadas em particular, que decidiram ter um filho fora dos laços institucionais são mais propícios a encararem a coabitação como uma opção duradoura e alternativa ao casamento (Battagliola, 1986; Smart e Stevens, 2000a; Villeneuve-Gokalp, 1990).

A partir da exploração das estatísticas demográficas, Ferreira e Aboim (2002) mostram que a coabitação com filhos, precisamente aquela que se afigura menos transitória, está ligada a grupos socialmente desfavorecidos. Estas tendências globais não invalidam a existência de perfis de coabitação mais modernistas associados a uma maior

autonomia das mulheres e a grupos sócio-profissionais mais qualificados (Aboim, 2002). Dentro destes, é possível observar a situação dos casais a quem nasceu um primeiro filho e cujas características sócio-demográficas principais (escolaridade superior e actividade profissional de ambos os cônjuges) configuram uma situação mais próxima da ideia de coabitação moderna (Ferreira e Aboim, 2002).

Até agora procurámos formular hipóteses que tentam apreender os traços gerais dos coabitantes, mais de acordo com as pesquisas que têm como referência o norte e centro europeu, tendo em conta um dos eixos problemáticos desta investigação, precisamente aquele que procura perspectivar as transformações sócio-culturais situadas a um nível macro e o seu impacto na mudança ao nível dos valores e dos comportamentos familiares na sociedade portuguesa. A nossa atenção desloca-se agora para as distinções dos coabitantes, de acordo com o objectivo deste trabalho que consiste, fundamentalmente, em procurar captar diferentes perfis de coabitação. Para além da análise das práticas, torna-se também aqui particularmente relevante a dimensão simbólica dos valores e representações, expectativas, intenções e projectos, face ao casamento, à coabitação e à própria conjugalidade.

GRUPO 2 (classe x género)

- As mulheres com menores recursos académicos e profissionais preferem casar-se mas aceitam a coabitação por ser essa a vontade dos seus parceiros ou porque estes não representam uma boa perspectiva de casamento ou devido ainda a outros constrangimentos relacionados com a trajectória de vida dos indivíduos e as suas condições sociais de existência (Smart e Stevens, 2000a; Villeneuve-Gokalp, 1990).

Salientando a importância das assimetrias sociais e de género, na análise dos resultados de um grande inquérito sobre a coabitação em França, Catherine Villeneuve-Gokalp (1990) faz notar que a coabitação pré-nupcial dos grupos operários acontece por iniciativa masculina, contra o desejo de casar das mulheres, mais acentuado neste meio do que nas mulheres quadro e dos grupos intermédios. Carol Smart e Pippa Stevens (2000a), por sua vez, a partir de um estudo qualitativo realizado em Inglaterra, mostraram que a manutenção da coabitação nas «classes trabalhadoras» se deve, também, mais à vontade dos homens do que à iniciativa das mulheres.

GRUPO 3 (Género)

- São as mulheres, mais que os homens, que preferem a coabitação como alternativa temporária ou duradoura ao casamento de modo a assegurarem a sua independência económica e simbólica (Battagliola, 1986; Smart e Stevens, 2000a).

Vários trabalhos sugerem que a coabitação se apresenta mais vantajosa para as mulheres, não apenas do ponto de vista da rentabilização dos capitais escolares (Singly, 1987), mas também porque surge associada a expectativas positivas e mais elevadas de autonomia e independência pessoal comparativamente com o casamento (Prinz, 1995; Kiernan e Estaugh, 1993; Villeneuve-Gokalp, 1990).

- A iniciativa ou a vontade de casar após um período de coabitação pertence de uma maneira geral aos homens que, ao contrário das mulheres, têm uma visão mais normativa e institucional da conjugalidade.

Partindo de uma análise da semântica da conjugalidade, através da associação livre de palavras, foi possível observar em investigação anterior como é que a contribuição das identidades de género se revela na configuração das representações sobre o casal. As concepções dos homens e das mulheres acerca da relação do casal não são apenas diferentes como surgem ainda intimamente relacionadas com os conteúdos simbólicos associados à categoria sexual masculina e feminina (Santos, 1995).

A pesquisa dirigida por Leridon e Villeneuve-Gokalp (1988) em França aponta, igualmente, para uma visão mais institucional dos laços conjugais por parte dos indivíduos do sexo masculino. Entre os coabitantes inquiridos são os homens, mais que as mulheres, que querem casar, principalmente quando pensam ter filhos ou depois deles nascerem.

De acordo com os estudos referidos, a ligação simbólica entre casamento e filhos é mais saliente nas representações masculinas sobre a conjugalidade e a família.

O casamento foi durante muito tempo, afirma Giddens, dominado pela ideia de reprodução e para os grupos detentores de património, ele era também um meio importante de assegurar a linhagem e a herança. Na família tradicional, frequentemente constituída como uma unidade económica, os homens necessitavam de ter a certeza, através do controle da sexualidade das mulheres, que os seus filhos tinham por mães as esposas legítimas (Giddens, 1989). Apesar da instituição matrimonial ter deixado de ser nos dias de hoje a única forma considerada legítima de acesso à conjugalidade e à parentalidade, todas

essas imagens e representações herdadas do passado poderão ter ainda alguma importância na decisão de casar dos coabitantes, quer das mulheres, quer principalmente dos homens.

A ideia de que é necessário casar para viver em casal é mais facilmente posta em causa pelos portugueses do que a ideia de que é preciso, ou é preferível, estar casado para ter e/ou criar filhos, conforme sugerem os trabalhos que abordam a coabitação no nosso país.

A segunda ligação simbólica (para além da relação casamento e filhos), que poderá explicar, em parte, as motivações para casar ou, pelo contrário, para adiar o casamento, diz respeito à associação entre casamento e papel de ganha-pão masculino.

Os homens tendem, aparentemente, a respeitar mais a ordem “normal” dos acontecimentos que diz que a instalação profissional deverá preceder o casamento e a paternidade devido à assimetria de papéis sexuais no seio da família, alicerçada nas e através das práticas e representações de género.

Para aqueles que vivem juntos, principalmente para os que dispõem de menores recursos e modelos assimétricos de conjugalidade, a melhoria do estatuto profissional do homem deverá ser considerada uma condição fundamental para que o casamento e a constituição de uma família tenham lugar. Quando este pré-requisito do casamento não se encontra assegurado, é provável que sejam também os homens a ter a iniciativa de coabitar (e de manter a coabitação), em vez de casar, tal como refere Catherine Villeneuve- Gokalp (1990) a propósito da coabitação em meio operário.

GRUPO 4 (Classe)

- Os coabitantes com maiores recursos e capital escolar tendem para uma regulação privada das interações conjugais, com acento na relação, na vontade de autonomia pessoal e na igualdade entre os membros do casal.

- Os coabitantes com menores recursos académicos e profissionais tendem a adoptar modelos de conjugalidade mais fusionais, e também mais assimétricos, ao mesmo tempo que estão sujeitos a uma maior pressão para casar.

Independentemente do estatuto, formal ou informal, das uniões, vários trabalhos mostram que, de uma maneira geral, o domínio da orientação expressiva, a emergência de novos modelos sexuais e familiares (indiferenciação de papéis, autonomia dos cônjuges), encontram-se associados às estratégias específicas das classes médias, em

particular dos casais dotados de capitais escolares importantes, enquanto que as funções instrumentais da família e a valorização dos seus aspectos institucionais, vistos como fonte de status e de identidade social, o maior apego a valores como a perenidade e a fidelidade do casal, encontram-se, sobretudo, entre os grupos mais desfavorecidos (e também do topo) da hierarquia social (Roussel, 1989; Kellerhals *et al.*, 1982 e Kellerhals, 1987).

A maior igualdade de género encontrada, dependendo dos estudos, nos casais coabitantes, quer em termos da divisão do trabalho profissional, quer da partilha das tarefas domésticas, é um argumento frequentemente utilizado na literatura estrangeira sobre o tema da coabitação (Bozon, 1991a; Glick e Spanier, 1980; Singly, 1986a; Sweet e Bumpass, 1990 cit. in Wu, 2000). No caso português, os estudos que abordam a coabitação parecem chegar a proposições de sinal contrário, em particular, no caso da coabitação com filhos e na que se desenvolve em meios populares (Ferreira e Aboim, 2002; Aboim, 2005a in Wall [org.], 2005).

Por outro lado, no que diz respeito à questão da autonomia na coabitação, os resultados da investigação sobre as *Famílias em Portugal* (Wall [org.] 2005), indicam que a procura de autonomia corresponde a uma dimensão normativa que orienta as interações conjugais daqueles que passaram pela experiência da coabitação antes de casar ou que se mantêm em união de facto. A orientação para a autonomia ou para a autonomia relativa,¹¹ por contraponto a uma postura fusional (em que se procura partilhar tudo com o cônjuge), é uma característica que distingue globalmente os coabitantes dos casais que entraram na conjugalidade directamente pela porta do casamento (Aboim, 2002; Aboim, 2005a in Wall [org.], 2005).

GRUPO 5 (Trajectória conjugal x género x posição social)

- A coabitação para as mulheres com filhos de relações anteriores significa uma união de estatuto inferior, tendo em conta as vantagens estatutárias, materiais e simbólicas que o casamento é suposto garantir, sobretudo no caso das mulheres com menos recursos e menos autónomas do ponto de vista económico.

¹¹ Trata-se de um indicador agregado construído a partir das respostas das mulheres inquiridas a propósito dos tempos livres, dos amigos e da partilha conjugal do dinheiro. A procura de autonomia pessoal, em vez da fusão conjugal, traduz-se na saliência dada à independência individual nos diversos domínios da vida do casal.

Esta hipótese que procura articular a trajectória conjugal e a história de vida dos coabitantes com o género e a posição social baseia-se mais uma vez no pressuposto que a coabitação assume diferentes significados em diferentes contextos e pode ser vivida, dependendo dos casos, mais como um constrangimento ou mais como uma opção.

GRUPO 6 (Tradicional x Moderno)

- A coabitação de matriz tradicional associada a fracos recursos sócio-económicos, ou a coabitação ela própria como uma dimensão da exclusão social, assume normalmente características duradouras.

Segundo o estudo de Ferreira e Aboim (2002), a coabitação de longa duração com origem em grupos escolar e profissionalmente pouco qualificados, limitativa à partida da autonomia das mulheres e da construção de espaços de individualização, em que normalmente só o homem tem um trabalho fora de casa, e de descendências numerosas, corresponde a um perfil de coabitação de cariz tradicional.

Nesta fase do trabalho, reservamos o termo tradicional para designar a coabitação associada às franjas mais pobres da população e que se insere numa lógica de substituição do casamento. Colocamos a hipótese que se trata provavelmente de uma coabitação com raízes antigas que beneficiando do afrouxamento do controle social coexiste a par do movimento modernista de onde emergiu a difusão mais recente do fenómeno e que podemos situar o seu início, para a generalidade dos países industrializados, a partir dos anos sessenta. Não significa isto que a coabitação de matriz tradicional não possa ir buscar características «modernas», combinando dimensões de mudança e de permanência, nomeadamente, quanto à adesão aos valores da igualdade entre o casal, ainda que apenas em termos ideais, quanto à valorização dos aspectos afectivos da relação conjugal em detrimento do vínculo institucional (já que estes são valores e ideais de importância crescente na sociedade portuguesa), ou ainda através da sobreposição de elementos de autonomia e de fusão conjugal.

Apesar da escassez de estudos que nos possam esclarecer sobre a evolução do fenómeno no nosso país, mesmo em anos mais recentes, e as suas características em épocas mais recuadas, existem trabalhos que do lugar da antropologia, da demografia histórica e da sociologia das populações, contribuem para o conhecimento de formas tradicionais, e mais antigas, de coabitação.

A união de facto substitutiva do casamento era uma prática bastante comum em algumas regiões do país, designadamente no Alentejo, onde a proliferação de situações de precariedade económica e social jogava no sentido de impedir a realização da cerimónia fundada na religião e/ou na autoridade civil (Cutileiro, 1977).¹² A coabitação e a «ilegitimidade» surgem também tradicionalmente ligadas no meio urbano às franjas mais desfavorecidas da população, ou socialmente excluídas, antes e durante a “transição para a modernidade demográfica”, período que Leston Bandeira situa, no contexto português, entre o início dos anos 60 e meados da década de 70 (Bandeira, 1996: 302).

O conhecimento da existência de práticas de coabitação mais antigas leva a questionar a ideia de uma difusão linear do fenómeno «de cima para baixo» da sociedade. É esta a perspectiva defendida por Villeneuve-Gokalp (1990) quando constata, a partir da análise da trajectória conjugal de várias gerações de coabitantes franceses, que a coabitação é uma prática mais antiga nos meios populares que nas classes superiores e médias. Para os operários, por exemplo, a coabitação foi durante muito tempo um substituto do casamento antes de se transformar em coabitação pré-nupcial.

Na mesma linha de ideias, Bawin-Legros (1988) propõe a designação de concubinagem tradicional para classificar a coabitação dos meios populares, com raízes antigas, cuja difusão é actualmente facilitada pela modernização dos valores e a diminuição da estigmatização social.

A diversidade da coabitação, em termos de dinâmicas e de significados, pode ser perspectivada segundo dois ângulos de análise. O primeiro, encara a coabitação como um fenómeno único que desde a sua aparição e expansão na época «moderna» foi sofrendo alterações nos últimos 30 ou 40 anos (Sullerot, 1984; Manting, 1994 e 1996). A segunda perspectiva, relaciona diferentes tipos de coabitação com diferentes contextos sócio-culturais, afirmando a sua coexistência em determinado momento e em cada sociedade (Roussel, 1986; Bawin-Legros, 1988; Villeneuve-Gokalp, 1990; Smart e Stevens, 2000a).

Pensamos que as duas perspectivas de análise não são incompatíveis entre si na medida em que alguns tipos de coabitação actual, socialmente localizados nos meios

¹²Alguns trabalhos de âmbito antropológico salientaram, em particular, a relação estreita entre «mães solteiras» e situações de precariedade económica e social (ver Cabral, 1984; O'Neill, 1978; Wall, 1998).

populares e nas franjas mais desfavorecidas da população, podem constituir o prolongamento, com elementos transformados, de práticas de coabitação tradicionais nesses meios, cujas origens reenviam para períodos anteriores ao movimento modernista de expansão do fenómeno.

Os trabalhos mais recentes realizados no nosso país, sublinham a pluralidade de processos de formação e de organização da vida familiar e a importância que assume, na sociedade portuguesa, a combinação de dinâmicas tradicionais e modernas (Wall [org.], 2005). Questionando directamente as explicações da coabitação pela via modernista que colocam o enfoque na autonomia individual e na igualdade de género, em particular por intermédio do reforço generalizado da autonomia das mulheres (Bozon, 1991a; Roussel, 1989), o *Inquérito às Famílias no Portugal Contemporâneo* constata a coexistência de formatos de cariz mais tradicionalista e mais modernista da união de facto, defendendo a necessidade de articular diferentes perfis de experiências informais com os contextos sociais da coabitação (Aboim, 2005a in Wall [org.], 2005).